



Ata da 17ª (décima sétima) Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Altaneira, realizada no dia 29 (vinte e nove) de Junho de 2026 (dois mil e vinte e seis), 2ª (segunda) Sessão Legislativa da 17ª (décima sétima) Legislatura.

Às 09 (nove) horas do dia 29 (vinte e nove) de junho de 2026 (dois mil e vinte e seis), na sede do Poder Legislativo, situada à Rua Padre Luiz Antônio, nº 389 (trezentos e oitenta e nove), Centro, reuniu-se em Sessão Ordinária de forma presencial, os integrantes da Câmara Municipal de Altaneira sob a Presidência do Presidente Vereador Professor Deza Soares e secretariados, a convite do Presidente, pela Vereadora Professora Ana Maria. A ausência da Vereadora Tia Janne foi justificada devido a mesma estar realizando procedimento de saúde. Pelo Termo de Comparecimento registrou-se a presença dos Vereadores: Júnior do Povo; Paulo Geaneo; Paulo Robson; Professor Nonato; Sérgio Morato e Zé de Zuza. Havendo assim número regimental de Parlamentares, o Presidente declarou aberta a Sessão, cumprimentando a todos os presentes e ouvintes, e fazendo a dispensa da leitura da Ata anterior, que foi previamente distribuída às bancadas, que não apresentaram ressalvas, sendo aprovada por unanimidade. **EXPEDIENTE:** Item 1: Ofício nº 068/2026, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, em resposta a requerimento solicitando informações sobre a proliferação de vegetação aquática no Açude Pajeú e Item 2: Moção de Pesar, da Câmara Municipal de Santana do Cariri, pelo falecimento de João Ivan Alcântara. Seguindo para os registros da Presidência, inicialmente o Presidente Professor Deza Soares agradeceu a iniciativa de Moção da Câmara Municipal de Santana do Cariri, registrando que a Câmara Municipal de Altaneira também apresentou suas condolências. Na sequência, apresentou informações sobre o curso gratuito Educação Financeira para a Cidadania Plena, promovido pelo Governo do Estado do Ceará, em parceria com a Fundação Demócrito Rocha (FDR) e com o apoio da Universidade Estadual do Ceará (Uece), da Escola de Gestão Pública do Ceará (EGPCE) e da Universidade Aberta do Nordeste (Uane). O curso, ofertado na modalidade on-line, aborda temas como organização financeira, consumo consciente, prevenção a fraudes digitais, crédito consignado e superendividamento. Informou ainda que as inscrições seguem abertas até o dia 31 (trinta e um) de julho, com informações e link de acesso disponibilizados pelos canais oficiais da Câmara. Na sequência, lembrou que, durante o Expediente, foram lidos um Ofício e uma Moção pela vice-presidente da Casa. Ainda sobre a pauta da sessão, registrou que, na Ordem do Dia, foram apresentados o Parecer nº 009/2026 da Comissão Permanente, referente ao Projeto de Lei nº 008/2026, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária Anual de 2027, além dos Requerimentos nº 040, 041, 042 e 043/2026. As matérias tratam, respectivamente, da solicitação de cópia do processo licitatório para contratação de estruturas e serviços para eventos; da execução de pavimentação em pedra tosca; de informações sobre contrato celebrado entre o Município e a Universidade Patativa do Assaré; e do convite ao secretário municipal de Meio Ambiente para prestar esclarecimentos sobre o andamento do projeto de limpeza e revitalização da Lagoa Santa Teresa, bem como da implantação de passeio público e ciclovia. Em outro momento, registrou o comunicado da Câmara que, em conformidade com a decisão unânime dos parlamentares, bem como com a decisão do Governo do Estado e do Governo Municipal, que estabelece horário especial de funcionamento de órgãos públicos em razão da partida de futebol da Seleção Brasileira na Copa do Mundo 2026 (dois mil e vinte e seis), a sessão deste dia 29 (vinte e nove) foi excepcionalmente antecipada para às 09 (nove) horas. Ao final, registrou convite para o Arraiá CRAS Sede, que será realizado no próximo dia 07 (sete), às 18 (dezoito) horas, no Ginásio Poliesportivo. **TEMA LIVRE:** a vereadora Professora Ana Maria registrou sua participação nas quermesses das Escolas Joaquim Rufino e 18 de Dezembro, parabenizando as diretoras Sandrinha e Cláudia Simone, bem como professores, coordenadores, monitores, cuidadores, merendeiras, demais funcionários, alunos e seus familiares pelo empenho na realização dos eventos. Destacou a organização das festividades e ressaltou o carinho especial que



possui pela Escola Joaquim Rufino, onde atuou como professora por seis anos. Enfatizou que o trabalho conjunto entre o núcleo gestor, os servidores e o apoio da gestão municipal, por meio da Prefeita Ana Késia e do Secretário de Educação, Professor Adeilton, é fundamental para o sucesso dos projetos desenvolvidos pelas escolas. Agradeceu os convites e colocou-se à disposição para continuar apoiando as iniciativas. Em seguida, informou que também esteve presente no Arraiá da Associação ASPROBREM, no Sítio Munduri, onde destacou a animação, a participação da comunidade e a organização do evento, agradecendo à Salete e aos demais integrantes da associação pelo convite. Na sequência, parabenizou a Secretaria Municipal de Saúde, na pessoa da Secretária Ivanna Alcântara, parabenizando também a Secretaria de Educação e a gestão municipal, na pessoa da Prefeita Ana Késia, pela aquisição de novos equipamentos e mobiliários para o Hospital Municipal, incluindo camas, aparelhos de ar-condicionado, ventiladores, mesas e cadeiras, ressaltando que os investimentos proporcionarão mais conforto, dignidade e melhores condições de atendimento aos pacientes. A Vereadora também registrou a realização do mutirão de ultrassonografias, destacando que a iniciativa amplia o acesso da população aos exames, reduz a necessidade de deslocamentos para outros municípios e demonstra o compromisso da gestão com a melhoria dos serviços de saúde. Por fim, parabenizou as representantes da associação do Agronegócio pela participação no Encontro das Mulheres do Agro, realizado durante a PEC Brasil, em Fortaleza, citando Débora, Adriana, Amélia e os representantes da Associação Quilombola Bananeira, acompanhados pela Dra. Rafaela e pelo Secretário Cier. Destacou a importância do evento para a aquisição de conhecimentos e de kits destinados às associações, enfatizando que o incentivo da gestão municipal fortalece o associativismo, promove oportunidades de desenvolvimento e contribui para a autonomia financeira das famílias. O vereador Zé de Zuza parabenizou o Secretário Municipal de Infraestrutura pelos serviços de recuperação das estradas vicinais, destacando os trabalhos realizados nas comunidades Taboca, Taboquinha Tabuleiro e Córrego, que, segundo afirmou, ficaram em excelentes condições de tráfego. Relatou que visitou as obras e elogiou a qualidade do serviço, comentando ainda que, após conversar com o secretário sobre a necessidade de uma chuva para reduzir a poeira, a precipitação ocorreu na mesma noite, contribuindo para melhorar ainda mais as condições das vias. Também agradeceu pelos serviços de roço das margens das estradas, ressaltando o início da utilização da nova roçadeira adquirida pela gestão municipal, avaliando positivamente os primeiros resultados. Na sequência, desejou um bom recesso parlamentar aos vereadores e à população altaneirense, estendendo os votos aos servidores que também entrariam em recesso, com exceção dos serviços essenciais, e recomendando que todos aproveitassem o período com responsabilidade. Em aparte, a Vereadora Professora Ana Maria retificou sua fala anterior, esclarecendo que os agradecimentos pela aquisição dos novos mobiliários para o Hospital Municipal e pelas ações desenvolvidas na área da saúde eram destinados à Secretária Municipal de Saúde, Ivanna Alcântara, e à gestão municipal, na pessoa da Prefeita Ana Késia, justificando que havia se equivocado ao mencionar o Secretário de Educação. Retomando a palavra, o Vereador Zé de Zuza desejou a todos um excelente período de descanso, mencionando a expectativa de alguns parlamentares aproveitarem o recesso para viajar. Também desejou boa sorte à Seleção Brasileira, manifestando expectativa de que a partida realizada durante o ponto facultativo terminasse com uma vitória. Por fim, agradeceu pelo trabalho desenvolvido durante o primeiro semestre legislativo e afirmou que, após o recesso, todos retornariam para dar continuidade às atividades da Casa. O vereador Paulo Geaneo informou ter recebido, por meio do aplicativo de mensagens *WhatsApp*, a informação de que servidores temporários e ampliados teriam sido comunicados, em reunião, de que não receberiam a remuneração referente ao mês de julho. Disse esperar que a informação não se confirme, mas defendeu que, caso seja verdadeira, o Poder Executivo esclareça publicamente os motivos, da mesma forma que divulga amplamente ações consideradas positivas. Em aparte, o vereador Júnior do Povo afirmou também esperar que a informação não seja verdadeira, mas questionou a ausência de manifestação oficial do Poder Executivo sobre o assunto. Levantou dúvidas quanto ao planejamento financeiro da administração municipal, indagando se a situação seria reflexo de dificuldades nas contas públicas. Informou que



pretende apresentar, no retorno do recesso parlamentar, um levantamento sobre a situação financeira do município, mencionando a existência de fornecedores com pagamentos em atraso, inclusive referentes à Festa de Outubro, entre eles bandas que, segundo relatou, ainda aguardam o pagamento da parcela restante dos contratos. Destacou que a gestão havia anunciado reajustes e valorização dos servidores no início do ano e manifestou expectativa de que os salários dos temporários sejam devidamente pagos. Retomando a palavra, o vereador Paulo Geaneo parabenizou a Secretaria Municipal de Infraestrutura pelos serviços de recuperação das estradas vicinais, destacando a melhoria da estrada que liga as comunidades Taboca e Taboquinha. Em seguida, solicitou à Prefeitura Municipal e ao Secretário de Infraestrutura a recuperação da estrada que liga as comunidades Tabuleiro e Baixa Grande, ressaltando que o trecho é utilizado como rota de transporte escolar e apresenta condições precárias de trafegabilidade, especialmente entre a residência do senhor Chico Flor e a Ladeira Branca. Informou que a reivindicação atende aos pedidos de moradores da comunidade de Baixa Grande que possuem filhos matriculados nas escolas do município. Ademais, desejou boa sorte à Seleção Brasileira, um bom recesso parlamentar aos vereadores e um período de descanso abençoado a toda a população de Altaneira. Também em aparte, o vereador Paulo Robson informou que também foi surpreendido pela informação e afirmou não ter conhecimento prévio sobre o assunto. Ressaltou a importância de o Governo Municipal prestar esclarecimentos, destacando que, conforme relatado, a situação envolveria servidores temporários da área da educação, que normalmente não exercem suas atividades durante o mês de julho em razão do recesso escolar. Observou que, em gestões anteriores, esse procedimento era adotado, embora não se recordasse com precisão de como ocorria o pagamento nesse período. Acrescentou que, na atual gestão, os servidores receberam normalmente no ano passado e, caso a informação sobre a suspensão do pagamento seja confirmada, defendeu que o Poder Executivo explique os motivos da mudança. Reiterou que também foi surpreendido com a notícia e que buscaria obter mais informações sobre a situação. Iniciando seu tempo no tema livre, o vereador Paulo Robson desejou a todos um recesso parlamentar abençoado, ressaltando que a interrupção ocorre apenas nas sessões plenárias, uma vez que o trabalho do vereador junto à população permanece contínuo. Em seguida, registrou a realização do Desafio Terras Altas de MTB, promovido pela Associação Altaneirense de Ciclismo na trilha do Sítio Poças. Destacou que o grupo realiza eventos desde 2014 (dois mil e quatorze) e que Altaneira é reconhecida em âmbito estadual e nacional pela qualidade do circuito de XCO (Cross Country Olímpico), considerado um dos melhores do Ceará e da região Nordeste. Parabenizou a Associação Altaneirense de Ciclismo, na pessoa do presidente Raimundo Soares Filho (Deurisberto), idealizador e incentivador da modalidade no município, ressaltando o sucesso da competição, que reuniu mais de 50 (cinquenta) ciclistas, incluindo atletas de destaque, como o campeão pernambucano da modalidade XCO e também campeão da competição ocorrida ontem, Jonathan Alencar. Também enalteceu o desempenho dos atletas altaneirenses, destacando o Professor Adeilton, quarto colocado na classificação geral e campeão de sua categoria; Elis Pio, terceiro colocado em sua categoria; Franciânia Venâncio e Isadora, que conquistaram, respectivamente, a segunda e terceira colocações na categoria Elite Feminina; e Heitor Gomes, campeão da categoria Juvenil, elogiando sua dedicação e potencial para representar o município em futuras competições. Para mais, ressaltou que o esporte em Altaneira vai além do futebol e do futsal, destacando o crescimento de modalidades como atletismo, voleibol e, especialmente, o ciclismo, que se consolidou como referência no Cariri e no Estado. Encerrando, convidou a população para prestigiar o Desafio 3 Horas MTB Altaneira, previsto para o último domingo do mês de novembro, quando o município voltará a receber atletas de diversos municípios e Estados vizinhos. O vereador Sérgio Morato registrou sua participação na quermesse da Escola 18 de Dezembro, parabenizando a diretora Cláudia Simone pela organização do evento e agradecendo o convite. Destacou a presença de outros vereadores e elogiou a realização da festividade, ressaltando as apresentações culturais e as comidas típicas presentes. Em seguida, registrou a participação da equipe Juventude, de Altaneira, na Copa Santo Amaro, no Amaro, parabenizando os atletas pela classificação para a fase seguinte da competição, bem como a equipe do Sítio Serra do Valério, que



também segue representando o município, lamentando, em contrapartida, que a equipe Caixa d'Água já tenha deixado a competição. Na sequência, desejou um recesso abençoado aos vereadores, servidores e assessores da Câmara Municipal, ressaltando, assim como o vereador Paulo Robson, que, apesar da interrupção das sessões plenárias, o trabalho do vereador permanece contínuo durante o período. Prosseguindo, a pedido do Secretário Municipal de Cultura, Esporte, Turismo e Juventude, convidou a população para prestigiar o 23º Festival Junino de Altaneira, que ocorrerá nos dias 03 (três), 04 (quatro) e 05 (cinco) de julho. Informou que o evento contará com apresentações das escolas do município, participação de mais de 15 (quinze) quadrilhas juninas da região e premiação superior a R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais), parabenizando o Secretário Cícero e toda a sua equipe pelo empenho na organização do festival, com o apoio da Prefeita Ana Késia. O vereador Júnior do Povo voltou a tratar dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), informando que foi rejeitado o requerimento que solicitava a transmissão das reuniões da comissão responsável por investigar as contratações de estrutura de palco, sonorização, iluminação e demais equipamentos para eventos do Município. Ressaltou que a comissão ainda se encontra em fase de apuração, sem qualquer julgamento prévio, e que as conclusões somente serão apresentadas ao final dos trabalhos, após a oitiva das pessoas convocadas. Manifestou sua discordância quanto à rejeição do requerimento e afirmou que, em nome da transparência, realizará a transmissão das reuniões por meio de suas redes sociais, para que a população possa acompanhar os trabalhos da CPI. Agradeceu ainda à Presidência da Câmara pelo apoio prestado à comissão, informando que os trabalhos serão suspensos durante o recesso parlamentar e retomados no mês de agosto. Na sequência, registrou sua insatisfação com a demora do Secretário Municipal de Administração e Finanças, Dário, em responder requerimentos e em comparecer à Casa para prestar esclarecimentos. Acrescentou que o Requerimento nº 036/2026, de sua autoria, teve sua resposta encaminhada somente após 27 (vinte e sete) dias e apenas em formato digital. Solicitou à Presidência da Casa que determinasse à assessoria a impressão da documentação, a fim de possibilitar uma análise detalhada das informações apresentadas. Prosseguindo, voltou a comentar a possibilidade de servidores temporários, ampliados e comissionados deixarem de receber a remuneração referente ao mês de julho. Defendeu que a atual gestão deve assumir a responsabilidade por suas decisões e não justificar eventual medida com base em práticas adotadas por administrações anteriores, afirmando que a população espera mudanças e melhorias na gestão pública. Em aparte, o vereador Paulo Geaneo informou ter recebido diversas mensagens de servidores preocupados com a possibilidade da suspensão dos pagamentos, diante dos compromissos financeiros assumidos. Defendeu que o Poder Executivo esclareça os motivos da eventual suspensão dos pagamentos e informe se a medida atingirá apenas os servidores da educação ou todas as categorias de servidores temporários, ampliados e comissionados. Retomando a palavra, o vereador Júnior do Povo apelou para que a gestão municipal reveja a situação e efetue o pagamento dos servidores, ressaltando que muitos trabalhadores dependem da remuneração para cumprir seus compromissos financeiros. Destacou que a atual administração deve ser avaliada por suas próprias ações, sem comparações com gestões anteriores, e afirmou esperar que os questionamentos apresentados sensibilizem o Poder Executivo. Por fim, registrou que, até o momento da sessão, as informações recebidas indicavam que a situação estaria restrita aos servidores vinculados à Secretaria de Educação, manifestando preocupação de que a medida pudesse ser estendida às demais categorias. Pela ordem, o Vereador Paulo Robson justificou seu voto contrário ao requerimento que solicitava a transmissão das reuniões da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI). Esclareceu que sua posição não era contrária à transparência, ressaltando que os vereadores, inclusive ele, utilizam suas próprias redes sociais para divulgar suas atividades. Explicou que o requerimento solicitava a estrutura da Câmara, bem como os servidores da Casa para realizar as transmissões das reuniões. Desse modo, registrou que a justificativa do voto contrário do vereador Zé de Zuza, o qual acompanhou, é que a Câmara dispõe de um quadro de pessoal reduzido, destacando, no ensejo, o trabalho desempenhado pelos servidores encarregados pela transmissão das sessões ordinárias, enfatizando o que a preparação das transmissões demanda tempo e dedicação, desde a organização da estrutura até os testes dos



equipamentos. Acrescentou que a realização das transmissões das reuniões da CPI acarretaria uma sobrecarga aos mesmos servidores, que, além das atividades desempenhadas durante as sessões ordinárias, teriam de executar o mesmo trabalho também nas sextas-feiras, sem remuneração adicional. Informou ainda que a Câmara possui outras demandas para esses servidores durante toda a semana, razão pela qual votou contra o requerimento, por considerar que a medida aumentaria excessivamente a carga de trabalho da equipe e, lembrou que a comissão solicitará servidores para assumir outras funções. Prosseguindo, afirmou que os assuntos tratados pela CPI vêm sendo debatidos nas sessões ordinárias da Câmara e manifestou o entendimento de que o objetivo do requerimento não seria ampliar a transparência dos trabalhos, mas alimentar ego e vaidade. Por fim, reiterou que seu voto foi motivado por empatia, pela preocupação em não sobrecarregar os servidores da Casa, e não por oposição à publicidade dos atos da comissão. Pela ordem, o vereador Júnior do Povo contestou a justificativa apresentada para a rejeição do requerimento, afirmando que o Regimento Interno e a Lei Orgânica garantem à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) toda a estrutura necessária ao desenvolvimento de seus trabalhos, inclusive, se necessário, com apoio do Poder Executivo. Argumentou que a alegação de insuficiência de servidores não se sustentava, ressaltando que, em audiências promovidas pelo Executivo na Câmara, os servidores da Casa também prestam apoio. Prosseguindo, afirmou que o objetivo do requerimento era assegurar transparência aos trabalhos da CPI e permitir que a população acompanhasse as investigações, negando que tivesse interesse em obter promoção pessoal. Reiterou que transmitirá as reuniões por meio de suas redes sociais e esclareceu que sua crítica não era direcionada aos servidores da Câmara, aos quais elogiou pelo trabalho desempenhado e afirmou que realizariam as transmissões caso fossem autorizados. Para encerrar, voltou a defender que a população tem o direito de acompanhar os trabalhos da comissão e conhecer os atos praticados durante as investigações, mencionando, como exemplo, a convocação do fiscal de contratos, e reiterou que continuará divulgando as reuniões da CPI em suas plataformas digitais. Pela ordem, o vereador Paulo Robson, na condição de Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), esclareceu que as reuniões da comissão são públicas e que qualquer cidadão pode acompanhá-las presencialmente. Registrou que considera legítimo o debate sobre a CPI durante o tema livre dos vereadores, mas ponderou que as sucessivas réplicas e tréplicas sobre o assunto acabam prolongando e desgastando as sessões, prejudicando o andamento dos demais trabalhos da Casa. Quanto à transmissão das reuniões, informou que, caso o vereador Júnior do Povo deseje transmitir os trabalhos por meio de suas redes sociais, poderá apresentar requerimento à Presidência da CPI, o qual será submetido à apreciação dos demais membros da comissão. Ressaltou que as decisões da CPI são tomadas de forma colegiada e que ele, na condição de Presidente da CPI, não pode deliberar sozinho sobre os trabalhos da comissão. Finalizando, reiterou que o debate sobre a CPI é legítimo, mas defendeu que ele ocorra dentro do tempo destinado ao tema livre de cada vereador, evitando sucessivas discussões sobre o mesmo assunto durante a sessão, a fim de preservar a produtividade dos trabalhos legislativos. Antes de iniciar a Ordem do Dia, o Presidente Professor Deza Soares registrou a importância da partida da Seleção Brasileira, manifestando a expectativa, assim como todos os brasileiros, de um resultado positivo no jogo marcado para as 14 (quatorze) horas. Destacou que, em razão da partida e do ponto facultativo decretado, a sessão foi realizada no período da manhã, desejando boa sorte à Seleção Brasileira. **ORDEM DO DIA: Item 1: Parecer nº 009/2026, da Comissão Permanente, referente ao Projeto de Lei nº 008/2062, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre as Diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária Anual para o Exercício Financeiro de 2027 e dá outras providências.** Após o anúncio da matéria, o Presidente lembrou que a mesma já havia sido lida na sessão anterior, ocasião em que o vereador Professor Nonato solicitou vista da matéria. Em seguida, concedeu a palavra ao parlamentar. O vereador Professor Nonato informou que solicitou vista para analisar melhor o projeto e antecipou que votaria favoravelmente à matéria. Destacou que se trata de um projeto de natureza financeira e que cabe ao Poder Executivo fazer o planejamento das despesas para evitar dificuldades futuras. Citou, como exemplo, a discussão ocorrida durante o tema livre sobre a possibilidade de não pagamento dos



salários de alguns servidores no mês de julho, afirmando que a gestão deve administrar as despesas de forma proporcional às receitas e com planejamento. Ressaltou que, em matérias de ordem financeira, compete ao Executivo definir a forma de aplicação dos recursos, cabendo ao Poder Legislativo acompanhar e fiscalizar. Por fim, informou que chegou a avaliar a apresentação de uma emenda ao projeto, mas decidiu não fazê-lo, reiterando voto favorável à matéria. Na discussão da matéria, o vereador Júnior do Povo registrou que também pretendia apresentar uma emenda ao projeto, assim como fez no ano passado, mas lembrou que a emenda por ele apresentada não foi atendida pelo Poder Executivo. Destacou que essa situação serve de reflexão para o Legislativo, questionando quantas das emendas aprovadas pela Câmara foram efetivamente executadas pela gestão municipal. Prosseguindo, ressaltou a importância do planejamento financeiro por parte da administração municipal, para evitar dificuldades, especialmente relacionadas ao pagamento de servidores. Citou o exemplo da Presidência da Câmara, afirmando que, apesar das divergências políticas, reconhece o planejamento financeiro realizado pela Mesa Diretora e defendeu que o Poder Executivo adote a mesma postura, destacando ainda que o papel dos vereadores é acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos públicos. Manifestou voto favorável ao projeto, sem objeções, mas afirmou que continuará acompanhando a execução do orçamento e fiscalizando a aplicação dos recursos. Também registrou preocupação com a arrecadação do município para o próximo ano, diante da redução das receitas da educação, conforme dados apresentados pela própria gestão municipal, e voltou a lamentar que as indicações e emendas apresentadas pelos vereadores nem sempre sejam atendidas pelo Poder Executivo. Em aparte, o vereador Professor Nonato registrou que o Vereador Júnior do Povo levantou um assunto importante ao tratar do não cumprimento das emendas apresentadas pelos vereadores. Citou como exemplo a emenda destinada à Guarda Municipal, lembrando que a viatura que será entregue ao Município foi doada pelo Governo do Estado e não decorre da execução da emenda apresentada pela Câmara. Também mencionou a emenda de sua autoria que destinava recursos para o tratamento de mulheres com endometriose, afirmando que, até o momento, não viu divulgação, nem teve conhecimento da execução da proposta e nem da realização de atendimento específico às pacientes do município. Ressaltou que os vereadores são os representantes que mais acompanham as demandas da população e, por isso, apresentam emendas de acordo com as necessidades identificadas. Defendeu que as cobranças feitas pela oposição devem ser vistas pela gestão como oportunidade de melhorar os serviços públicos, citando como exemplos as discussões sobre os resultados da educação e a possibilidade de alguns servidores não receberem os salários do mês de julho. Nesse cenário, afirmou que o não cumprimento das emendas acaba prejudicando a população, que deixa de ser beneficiada pelas ações propostas pelos vereadores. O vereador Paulo Robson registrou que, por se tratar de uma matéria de natureza financeira, há previsão legal para que o Legislativo encerre os trabalhos do semestre com a votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Por fim, informou que votaria favoravelmente à matéria. Retomando a palavra, o vereador Júnior do Povo agradeceu a contribuição do Vereador Professor Nonato e voltou a lamentar o não cumprimento das emendas apresentadas pelos vereadores no ano passado. Afirmou que mais de trinta emendas foram aprovadas, mas poucas foram executadas pelo Poder Executivo, ressaltando que as propostas não representavam interesses dos vereadores, mas demandas apresentadas pela própria população para melhorar a infraestrutura e os serviços do município. Ainda assim, registrou que continuará acompanhando e fiscalizando a execução do orçamento municipal. Informou ainda que pretende apresentar um projeto de lei para que o Poder Executivo encaminhe à Câmara um plano de trabalho com o cronograma de execução das ações e serviços, permitindo que os vereadores e a população acompanhem a programação da gestão e reduzindo a necessidade de cobranças por meio de requerimentos. Encerrou reafirmando seu voto favorável ao projeto. O Presidente Professor Deza Soares registrou que, conforme o próprio projeto estabelece, a matéria trata das diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária. Informou que a Câmara já está realizando o planejamento e a organização financeira para o próximo orçamento, em conjunto com o setor contábil da Casa, buscando alinhar as ações necessárias para a elaboração orçamentária. Não havendo mais



discussão sobre a matéria, a mesma foi posta em votação através do sistema nominal de votação, tendo sido aprovada pelos parlamentares presentes, registrada a ausência da Vereadora Tia Janne. Item 2: Requerimento nº 040/2026, de autoria do Vereador Júnior do Povo, solicitando cópia integral, em meio físico, do processo licitatório 2025.08.20.1 - referente a contratação de serviços especializados de locação de estruturas e serviços para realização de eventos diversos no Município, inclusive seus aditivos posteriores até a presente data. Anunciada a matéria, o Presidente informou que o requerimento já havia sido lido anteriormente e que o vereador Paulo Robson havia solicitado vista. Em seguida, concedeu a palavra ao parlamentar para justificar o pedido. O vereador Paulo Robson explicou que solicitou vista apenas para verificar se o objeto do requerimento apresentado pelo vereador Júnior do Povo era o mesmo já solicitado por ele no âmbito da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI). Informou que, após análise, constatou que se tratava de pedido do mesmo processo licitatório e destacou que o pedido já havia sido aprovado pela CPI na reunião da sexta-feira anterior, inclusive com a solicitação do envio da documentação em meio físico aos responsáveis. Ressaltou que a aprovação do requerimento nesta sessão representaria uma nova solicitação da mesma documentação, mas afirmou que a decisão caberia ao vereador requerente. Por fim, reiterou que o pedido já havia sido aprovado anteriormente pela CPI. O vereador Júnior do Povo registrou que o requerimento apresentado surgiu a partir das discussões realizadas na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), onde houve divergências durante a votação em razão de prazos. Informou que, por esse motivo, trouxe a matéria ao Plenário, com o objetivo de obter acesso mais rápido à documentação solicitada. Agradeceu ao Vereador Paulo Robson pela aprovação do requerimento na CPI e reconheceu que a solicitação já atendia aos requisitos necessários para o envio dos documentos pelo Poder Executivo. Ressaltou que a aprovação anterior evita a necessidade de novas cópias e contribui para otimizar os trabalhos da Câmara e do próprio Executivo, considerando a demanda dos setores responsáveis pelo atendimento dos requerimentos. Desse modo, informou a retirada do requerimento apresentado. Item 3: Requerimento nº 041/2026, de autoria da Vereadora Professora Ana Maria, solicitando a execução de pavimentação em pedra tosca (calçamento) na Estrada São Romão, localizada no bairro Cruzeiro, do Município de Altaneira-CE, no trecho que passa em frente ao Bar da Bia e A. Chácara do Ailton, seguindo até o caminho do Sítio Serra do Valério. Após a leitura da matéria, a vereadora Professora Ana Maria explicou que o requerimento solicita o calçamento da rua do Bar da Bia e onde também fica a Chácara do Ailton. Destacou que, apesar de ser uma via pequena, o local dá acesso à estrada do São Romão e à estrada da Serra do Valério. Ressaltou que a solicitação atende a um pedido dos moradores, considerando que a rua possui comércio, residências, terrenos e acesso à chácara, onde são realizados eventos. Informou que, no período chuvoso, a falta de pavimentação causa transtornos devido à lama e dificulta a circulação dos moradores e o funcionamento das atividades existentes no local. Assim sendo, pediu o apoio dos vereadores para aprovação do requerimento e destacou que já conversou sobre a demanda com o Secretário de Infraestrutura, Antônio Leite, demonstrando confiança no atendimento da solicitação pela gestão municipal. Na discussão da matéria, o vereador Paulo Robson registrou ser favorável ao requerimento e afirmou acreditar que a gestão municipal não terá dificuldades em atender à solicitação. Informou que verificou os projetos de pavimentação elaborados pelo município e acredita que o trecho citado pela vereadora Professora Ana Maria já esteja incluído no planejamento de calçamento da gestão. Ressaltou que, caso a informação esteja correta, será apenas uma questão de tempo para a execução da obra. Não havendo mais discussão sobre a matéria, a mesma foi posta em votação através do sistema nominal de votação, tendo sido aprovada pelos parlamentares presentes, registrada a ausência da Vereadora Tia Janne. Não havendo mais discussão sobre a matéria, a mesma foi posta em votação através do sistema nominal de votação, tendo sido aprovada pelos parlamentares presentes, registrada a ausência da Vereadora Tia Janne. Item 4: Requerimento nº 042/2026, de autoria do Vereador Júnior do Povo, solicitando informações acerca do contrato de nº 2026.04.06-0001, celebrado pelo Município de Altaneira, através da Secretaria de Administração e Finança, com a PJ UNIVERSIDADE PATATIVA DO ASSARÉ - UPA, inscrita no CNPJ sob o n.



05.342.580/0001-19, para a contratação de instituição especializada para organização, planejamento e execução integral de processo seletivo simplificado, destinado à contratação temporária de profissionais para atendimento das demandas da Administração Municipal de Altaneira/CE. Após a leitura da matéria, o vereador Júnior do Povo, autor do requerimento, registrou que a justificativa apresentada já esclarecia a necessidade da solicitação. Também declarou seu voto favorável à matéria. Não havendo discussão sobre a matéria, a mesma foi posta em votação através do sistema nominal de votação, tendo sido aprovada pelos parlamentares presentes, registrada a ausência da Vereadora Tia Janne. Item 5: Requerimento nº 043/2026, de autoria do Vereador Professor Deza Soares, solicitando expedição de Convite ao Senhor Ricardo Botelho Rufino, Secretário Municipal de Meio Ambiente, para comparecer em sessão plenária deste Parlamento, no dia três de agosto próximo, para esclarecer a situação sobre o andamento do "Projeto de Limpeza e Revitalização da Lagoa Santa Tereza e implementação da Orla, passeio público e ciclovias". Passada a Presidência para a Vereadora Professora Ana Maria e após a leitura da matéria, o vereador Professor Deza Soares esclareceu que o requerimento já apresenta de forma clara o objetivo da participação do Secretário de Meio Ambiente, que é prestar esclarecimentos sobre o projeto de limpeza, revitalização e urbanização da Lagoa Santa Tereza. Registrou que, conforme informações recebidas, houve alterações no projeto original, sendo necessário esclarecer quais mudanças foram realizadas e como está o andamento da execução. Destacou que foi iniciado o processo de abertura do espaço da lagoa, mas que, após essa etapa, não foram realizadas novas ações relacionadas ao projeto, sendo importante que o secretário apresente informações sobre a continuidade e a previsão de retomada dos trabalhos. Por fim, sugeriu que o Secretário também aproveite a oportunidade para prestar esclarecimentos sobre outras demandas por ele apresentadas, estas também relacionadas aos recursos hídricos do município, como a situação do Açude Pajeú e da Lagoa da Serra do Valério. Na discussão da matéria, o vereador Júnior do Povo parabenizou o Presidente pela iniciativa e afirmou que o requerimento já deveria ter sido apresentado anteriormente, destacando que se trata de uma reivindicação da população altaneirense e dos vereadores desde gestões passadas. Registrou a importância da Lagoa Santa Tereza para o município e lembrou que o projeto sempre foi um sonho da população, destacando que, até o momento, poucas ações foram realizadas pela atual gestão. Ressaltou a necessidade de o Secretário de Meio Ambiente prestar esclarecimentos não apenas aos vereadores, mas também à sociedade, sobre o processo de desapropriação dos terrenos, os pagamentos realizados, as áreas devolvidas aos antigos proprietários e a situação das construções existentes no local. O vereador também mencionou que havia recursos deixados pela gestão anterior para execução do projeto e defendeu que fosse realizado um estudo para garantir a continuidade da obra, considerando as reivindicações dos proprietários dos terrenos. Destacou que a intenção é que a população possa ver a lagoa revitalizada, conforme o projeto idealizado há anos. Também reconheceu as ações realizadas pela gestão do ex-prefeito Dariomar na Lagoa Santa Tereza e ressaltou a contribuição do Presidente Professor Deza Soares, quando participou das discussões sobre o projeto, apresentando sugestões e melhorias e lembrando que há anos o presidente é idealizador do projeto. Contudo, afirmou que, após cerca de um ano e seis meses da atual gestão, foram realizadas apenas ações iniciais, como retirada de cercas e movimentação de terrenos, sem continuidade do projeto. Diante disso, defendeu que o Secretário de Meio Ambiente compareça à Câmara para esclarecer a situação atual e os próximos passos da obra. Em aparte, o vereador Professor Nonato registrou que o requerimento busca esclarecer como está o projeto da Lagoa Santa Tereza, solicitando informações sobre o projeto original e as possíveis alterações realizadas ao longo do tempo. Destacou que é necessário apresentar à população um comparativo entre a proposta inicial e a atual situação do projeto. Questionou quais áreas de terras foram retiradas do projeto, se houve devolução de terrenos aos antigos proprietários, quem foram os beneficiados e quais partes foram devolvidas. Ressaltou que o projeto vem sendo discutido há quase 20 (vinte) anos e que, após a execução da primeira etapa, já possuía uma estrutura e identidade definidas, sendo importante esclarecer qualquer mudança realizada no planejamento inicial. Também questionou os valores pagos pelo município nas desapropriações realizadas pela gestão anterior e quais áreas



correspondem aos pagamentos efetuados, destacando a necessidade de evitar que o município seja prejudicado financeiramente. Para encerrar, ressaltou a importância da continuidade do projeto, lembrando que o espaço já se tornou uma área utilizada pela população para caminhadas e atividades físicas, sendo um investimento público que deve ser acompanhado e fiscalizado, principalmente diante de informações sobre possíveis devoluções de terrenos que já teriam sido pagos pelo município. De volta com a palavra, o vereador Júnior do Povo reiterou que existem recursos públicos investidos na Lagoa Santa Tereza e destacou a importância da continuidade do projeto de revitalização. Registrou que esperava que, neste momento, a população já pudesse estar usufruindo do avanço da obra, comparando a expectativa criada pelo projeto com a realidade atual. Ressaltou que o município ainda não possui uma área de orla e citou como exemplo a Lagoa de Tauá, que se tornou um espaço de convivência, lazer e prática de atividades físicas para a população. Mencionou também requerimento de autoria do vereador Zé de Zuza, no qual votou favorável, solicitando a instalação de quiosques no entorno da futura orla, destacando que ações como essa podem contribuir para o desenvolvimento cultural e econômico do município. Por fim, afirmou que a revitalização da Lagoa Santa Tereza é um tema de grande relevância e que a Câmara deve continuar acompanhando a situação, defendendo que o espaço pode se tornar uma referência para o Ceará, unindo preservação ambiental, lazer e desenvolvimento para a população. Em aparte, o vereador Paulo Geaneo parabenizou o Presidente pela iniciativa do requerimento e destacou a importância da obra da Lagoa Santa Tereza, ressaltando que o projeto já foi iniciado e que parte dos proprietários dos terrenos já recebeu os valores referentes às desapropriações. Registrou preocupação com a situação atual da área, mencionando que alguns terrenos já pagos continuam cercados e sendo utilizados para criação de animais, apesar de serem espaços destinados ao projeto. Afirmou perceber certo abandono do local e destacou que o requerimento busca justamente obter esclarecimentos e incentivar ações para a continuidade da obra, declarando, assim, voto favorável à matéria. Pela ordem, o vereador Professor Deza Soares agradeceu o apoio dos vereadores e, ao vereador Professor Nonato, destacou que o requerimento busca também esclarecer a realização de acordos judiciais e extrajudiciais para pagamento de indenizações, sendo necessário que a Secretaria responsável apresente informações sobre essa questão. Registrou que é importante esclarecer quais alterações foram realizadas no projeto original e se essas mudanças contribuíram para melhorar a proposta ou atender melhor aos interesses do município. Destacou, contudo, que qualquer alteração deve preservar a essência do projeto e garantir sua execução conforme o planejamento previsto. Ao final, agradeceu novamente aos vereadores que contribuíram com as discussões e reforçou a importância dos esclarecimentos para o acompanhamento do projeto. Não havendo mais discussão sobre a matéria, a mesma foi posta em votação através do sistema nominal de votação, tendo sido aprovada pelos parlamentares presentes, registrada a ausência da Vereadora Tia Janne. Não havendo nada mais a tratar, o Presidente Deza Soares agradeceu a participação de todos os vereadores, servidores, colaboradores e cidadãos que acompanharam os trabalhos legislativos. Registrou que esta foi a última sessão ordinária do primeiro período legislativo de 2026 (dois mil e vinte e seis), desejando um bom recesso parlamentar a todos e agradecendo a contribuição de todos para o desenvolvimento das atividades da Câmara ao longo do semestre. Por fim, desejou sucesso à Seleção Brasileira na partida do dia e nos demais jogos, determinando a lavratura dessa Ata que, após achada conforme, será aprovada e publicada. Sala das Sessões, 29 de junho de 2026.

Paulo Roberto L. de Oliveira

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]